





Estratégico para o Desenvolvimento da Economia do Mar, a qual inclui a Indústria Naval e de Óleo & Gás e que contemplará as atividades relativas à reciclagem de embarcações e reutilização de materiais e equipamentos usados, todos resultantes do descomissionamento de navios e demais ativos marítimos que se encontram no fim de seus ciclos produtivos ou de vida útil, assim contribuindo para a promoção do desenvolvimento da competitividade empresarial, inovação, educação, cultura e qualidade de vida do trabalhador e de toda a sociedade fluminense, desdobrando-se em desenvolvimento econômico e social sustentável.

Art. 5º - VETADO.

Art. 6º - Os projetos e investimentos em atividades socioeducativas e econômicas relacionadas ao APL - Arranjo Produtivo Local de reciclagem de embarcações do Estado do Rio de Janeiro deverão ser submetidos aos órgãos ambientais para análise e concessão das respectivas licenças de sua competência, atendendo ao disposto no Decreto Estadual nº 46.890/2019 que instituiu o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA e demais normas aplicáveis.

§ 1º - Os estaleiros fluminenses e instalações industriais que já possuem Licença Ambiental para atividade de construção, reparação e manutenção de embarcações poderão solicitar averbação das suas respectivas licenças para executar o desmantelamento de embarcações, apresentando ao órgão ambiental competente, a solicitação de inclusão da atividade de desmantelamento em sua Licença Ambiental acompanhada do respectivo Plano da Instalação para a Reciclagem de Embarcações.

§ 2º - O Plano da Instalação para a Reciclagem de Embarcações deve estabelecer as condições físicas e operacionais, específicas do estaleiro ou da instalação industrial, descrevendo o processo geral de desmantelamento das estruturas navais com identificação da área destinada a segregação de materiais perigosos retirados dessas estruturas, contemplando as áreas de segregação de sucata ferrosa e não-ferrosa, oficinas de recuperação e testes de equipamentos para posterior comercialização, além da localização da central de resíduos, escritório do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO), posto médico, bem como centro de treinamento e capacitação dos trabalhadores.

§ 3º - Todas as instalações destinadas à execução ou que venham a executar atividades de reciclagem de embarcações, deverão apresentar compromisso de adoção de uma política de gestão de responsabilidade e sustentabilidade socioambiental aderente às melhores práticas aplicáveis à indústria naval.

§ 4º - As empresas enquadradas no caput deverão atender aos requisitos técnicos do "sistema de gestão empresarial" baseado nos princípios da norma ISO 9002; sistema de gestão ambiental baseado nos princípios da norma ISO 14000 e firmar compromisso de atendimento fiel da legislação brasileira e, em particular, da Norma Regulamentadora (NR) 34 - Condições e Meio Ambiente na Indústria da Construção, Reparação e Desmonte Naval.

§ 5º - Para efeitos de enquadramento das atividades junto ao Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, o licenciamento para a reparação e manutenção de embarcações poderá ser estendido às atividades de reciclagem de embarcações, desde que sejam cumpridas as certificações para a realização destas.

§ 6º - O licenciamento para a reparação e manutenção de embarcações (CNAE 3317-1/01) poderá se estender à atividade de reciclagem de embarcações (CNAE 3831-9/99), desde que sejam cumpridas as certificações para a realização daquela atividade a critério do órgão ambiental.

Art. 7º - Para cada ativo a ser reciclado, o proprietário deverá elaborar o "Plano específico de Reciclagem da Embarcação", o qual contemplará todo o respectivo planejamento e gestão, desde a sua entrega na IRE - Instalação de Reciclagem de Embarcação até a destinação final de componentes, partes ou resíduos de seu desmantelamento, onde inclui-se o inventário de materiais perigosos, seguindo as condicionantes dispostas no "Plano da Instalação para Reciclagem de Embarcações", bem como na legislação brasileira aplicável.

§ 1º - O detalhamento do referido Plano será realizado com base nas características específicas da embarcação a ser desmantelada e será previamente submetido à aprovação da Instalação de Reciclagem de Embarcações (IRE) detentora da Licença Ambiental de Operação (LO), antes do início das operações de desmantelamento propriamente dito.

§ 2º - O conjunto de procedimentos relacionados à gestão de bioincrustação e resíduos nocivos à vida humana, eventualmente relacionados às embarcações, plataformas ou instalações e equipamentos de apoio correlatos, que serão objeto de reciclagem, não sendo à existência deles óbice à essa atividade, deve também constar do Plano específico de Reciclagem da Embarcação citado no caput deste artigo.

Art. 8º - As operações destinadas à reciclagem de embarcações devem ser realizadas em condições apropriadas, estando a embarcação a ser desmantelada atracada em cais, provido de barreiras flutuantes de contenção, acomodada em uma carreira ou rampa, colocada em dique seco ou flutuante, transportada por balsa, rebocada ou por máquinas próprias.

Art. 9º - Fica proibida a reciclagem de embarcação, deliberadamente, enclachada na praia (beaching) ou no estuário de rios para tal finalidade, ficando o responsável pela embarcação sujeito à multa, bem como os gestores envolvidos sujeitos às demais penalidades impostas pela legislação civil, criminal e ambiental em vigor.

§ 1º - VETADO.

§ 2º - VETADO.

Art. 10 - As embarcações identificadas como abandonadas em áreas de fundoio nas condições apresentadas pelo artigo 3º da Lei nº 9.537/1997 -LESTA ou enquadradas no artigo 5º da Lei nº 7.542/1986, quando afundadas, submersas, encalhadas ou perdidas, constituindo ou vindo a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio ambiente, na forma disposta pela NORMAM 8, deverão ter acionamento do representante da autoridade marítima ou da autoridade portuária para as medidas cabíveis, inclusive com o cancelamento do registro, na forma da NORMAM 1, para o perdimento imediato desses ativos.

Art. 11 - Ao final da vida útil das instalações de bandeira nacional ou estrangeira, o desmantelamento de embarcações, plataformas fixas ou móveis, bem como reciclagem de sistemas marítimos e equipamentos de apoio obsoletos localizados na plataforma continental afeta ao Estado do Rio de Janeiro, preferencialmente ocorrerão em Instalações de Reciclagem de Embarcações (IRE) fluminenses objetivando o fomento da economia local.

Parágrafo Único - A preferência prevista no caput deste artigo poderá ser afastada sempre que comprovado que instalações de Reciclagem de Embarcações - IRE fluminenses não conseguem ofertar condições equivalentes àquelas apresentadas por Instalações de Reciclagem de Embarcações - IRE de outras localidades.

Art. 12 - VETADO.

Art. 13 - Aplica-se ao desmantelamento de embarcações, além do previsto nesta lei, o disposto nas Leis nº 9.537/1997; nº 9.432/1997; nº 9.966/2000, e, nº 12.305/2010, entre outras normas estabelecidas.

Art. 14 - O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2023

CLÁUDIO CASTRO  
Governador

Projeto de Lei nº 6513/2022

Autoria da Deputada: Célia Jordão.

**RAZÕES DE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 6513/2022, DE AUTORIA DO SENHORA DEPUTADA CÉLIA JORDÃO, QUE “DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES RELACIONADAS AO DESMANTELAMENTO DE EMBARCAÇÕES E DE ATIVOS MARÍTIMOS OFFSHORE, EM ALINHAMENTO À DENOMINADA “ECONOMIA DO MAR” DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; A GESTÃO E REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS; CERTIFICAÇÕES; CRIAÇÃO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA PARA REMOÇÃO DE ATIVOS MARÍTIMOS - FERAMAR; REGRAS DE INCENTIVOS À ATIVIDADE DE RECICLAGEM DE EMBARCAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

Muito embora nobre a preocupação insculpida na iniciativa do Poder Legislativo, não me foi possível sancioná-la integralmente, **recaindo o veto sobre o inciso VII do art. 2º; art. 5º; §§ 1º e 2º do art. 9º e art. 12.**

Inicialmente, no que se refere ao **inciso VII do art. 2º**, o mesmo apresenta previsão diferente na constante na Lei Federal nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 ao pretender incluir no conceito de proprietário a “posse efetiva do ativo marítimo”, divergindo não só da legislação específica, como também do próprio Código Civil, já que equipara o possuidor ao proprietário.

No que tange ao **art.5º**, a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento Econômico-Financeiro do Regime de Recuperação Fiscal ressaltou que ao tencionar estabelecer tratamento Tributário Especial de ICMS, o mesmo cria espécie de renúncia de receita do ente estadual, o que afronta a vedação prevista no inciso IX do art. 8º da Lei Complementar nº 159 de 19 de maio de 2017, a menos que esteja abarcado na ressalva do mesmo dispositivo.

Ademais, não restou demonstrada a existência de convênio autorizativo ao benefício previsto no dispositivo em questão, o que tem o condão de ferir o regramento estipulado no art. 155, II, §2º, XII, "g", da Constituição Federal.

Some-se a tais argumentos o fato de que o impacto do referido dispositivo não constar nas estimativas de receita de ICMS presentes na LOA 2023 e no PLDO 2024, de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Quanto aos **§§ 1º e 2º do art. 9º**, os mesmos usurpam de forma clara a competência privativa da União para legislar sobre direito marítimo, violando o estabelecido no inciso I do art. 22 da Carta Magna.

Por fim, em relação ao **art. 12** que pretende autorizar a criação do Fundo de Emergência para Remoção de Ativos Marítimos -FERAMAR e determinar como serão constituídas as suas receitas, foi aduzido pela Comissão de Acompanhamento e Monitoramento Econômico-Financeiro do Regime de Recuperação Fiscal que a criação de vinculação de receitas do Estado para o custeio do referido fundo consubstanciaria afronta ao inciso XIV do art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017.

Instado a se manifestar, o Instituto Estadual do Ambiente destacou que o regramento constante no §1º do dispositivo acima mencionado não é compatível com as atribuições do Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM.

Cabe ressaltar, que a especificamente em relação a alínea “a” do § 1º do artigo em questão, foi inobservado que o Fundo Soberano foi criado através da Lei Complementar nº 200 de 02 de março de 2021, não sendo possível a vinculação de seus recursos financeiros para instituição de fundo criado por lei ordinária.

Por todo o exposto, não me restou outra escolha senão apor veto parcial ao Projeto de Lei ora encaminhado à deliberação dessa Egrégia Casa Parlamentar.

CLÁUDIO CASTRO  
Governador

Id: 2481922

OFÍCIO GG/PL Nº 113  
RIO DE JANEIRO, 26 DE MAIO DE 2023

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento em 05 de maio de 2023, do Ofício nº 73-M, de 04 de maio de 2023, Projeto de Lei n.º 1650-A de 2012 de autoria da Deputada Myrian Rios que, **“DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS BILÍNGUES EM LOCAIS SOB ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL”**.

Ao restituir a segunda via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência que **vetel integralmente** o referido projeto, consoante as razões em anexo.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e nímio apreço.

CLÁUDIO CASTRO  
Governador

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **RODRIGO BACELLAR**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

**RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1650-A de 2012, DE AUTORIA DA SENHORA DEPUTADA MYRIAN RIOS QUE “DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS BILÍNGUES EM LOCAIS SOB ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL”**

Muito embora elogiável a inspiração dessa Egrégia Casa de Leis, fui levado à contingência de vetar integralmente o presente Projeto de Lei, que pretende determinar a implantação de placas indicativas, inscritas em português e inglês, em locais sob administração estadual.

Redundante, mas, indispensável destacar a preocupação do legislador estadual com a matéria disciplinada nesta proposta legislativa, uma vez que evidente o seu compromisso em fomentar o turismo, facilitando o deslocamento de visitantes estrangeiros no Estado.

No entanto, a Carta Estadual do Rio de Janeiro confere ao Poder Executivo competência privativa para dispor sobre organização e atribuições dos órgãos da Administração Pública, determinando-se de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, de modo a optar pelas medidas que melhor assegurem os interesses prioritários da coletividade, no caso em tela, a instalação de placas de indicação bilíngues.

Ademais, os artigos 2º da Constituição Federal e 7º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro dispõem sobre o Princípio da Separação dos Poderes, sendo inequívoco que cabe ao Poder Executivo a competência privativa para apresentar projetos de lei que disponham sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública.

Some-se a isso, o fato que a propositura cria despesas sem a indicação da respectiva fonte de custeio para a operacionalização das ações veiculadas, desobedecendo o disposto no inciso I do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



Instado a se manifestar, o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) esclareceu que as Resoluções nº 599/82 e 666/86 do CONTRAN, mencionadas no artigo 2º da iniciativa, estão revogadas nos termos da Resolução nº 612 de 06 de setembro de 2016, o que prejudicaria a exequibilidade da medida como um todo.

Por fim, a Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana, destacou que a proposta não indicou se a implementação da sinalização abrangeeria também o interior das estações e terminais ferroviários e metroviários, o que poderia implicar em “dispêndio por parte da concessionária prestadora do respectivo modal em que for implementada, alterando o contexto das partes envolvidas, carecendo de análise contratual, de estudo de impacto financeiro dentre tantas outras questões administrativas”.

Por todo o exposto, entendi mais adequado apor veto total ao Projeto de Lei ora encaminhado à deliberação dessa nobre Casa Parlamentar.

CLÁUDIO CASTRO  
Governador

Id: 2481923



**SAC IOERJ**  
Serviço de Atendimento ao Cliente:

**Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 16h**

**(21) 2717-7840**  
**0800-284-4675**  
**sac@ioerj.rj.gov.br**

## DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

### PUBLICAÇÕES

#### ENVIO DE MATÉRIAS:

As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niterói.

#### PARTE I - PODER EXECUTIVO:

Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901  
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

**Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.**

### AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

**RIO:** Praça Pio X, nº 55, 6º andar - Centro - Rio de Janeiro  
Tel: (21) 2332-6549

Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br  
Atendimento das 8h às 17h

**NITERÓI** - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.  
Tel: (21) 2717-4427 - E-mail: agenit@ioerj.rj.gov.br  
Atendimento das 8h às 17h.

#### PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col \_\_\_\_\_ **R\$ 132,00**

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:**  
Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.



**Patricia Damasceno**  
Diretora-Presidente

**Flávio Cid**  
Diretor Administrativo

**Rodrigo M. Caldas**  
Diretor Financeiro

**Jefferson Woldaynsky**  
Diretor Industrial